

# A Polarização e as Desigualdades Regionais no Brasil

## *The Polarization of Regional Inequalities in the Brazil*

Francieli do Rocio de Campos<sup>1</sup>  
Patrícia Estanislau<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo tem como objetivo evidenciar as desigualdades regionais das Unidades Federativas Brasileiras no período de 1985 a 2006. O método utilizado é embasado em análise estatística descritiva, e o coeficiente de Williamson capaz de captar os efeitos da desigualdade regional. Entre as diferenças apresentadas pelos Estados brasileiros, os efeitos das desigualdades alcançam o ápice em 1995, seguindo o processo de declínio até se estabilizarem entre período de 2000 e 2006. Por meio do Produto Interno Bruto de cada Estado, os resultados do estudo apontam para concentração industrial e populacional no Estado de São Paulo. Dessa forma, constatou-se no período estudado, que o processo de polarização e despolarização no Brasil decorre das desigualdades econômicas regionais.

**Palavras-chave:** Economia Regional; Indústria e Aglomeração de Negócios; Pólos de Crescimento.

### Abstract

The article aims to highlight the regional differences of Brazilian states from 1985 to 2006. The method is grounded in statistical analysis, and coefficient of Williamson which is able to capture the effects of regional inequality. Among the differences presented by the Brazilian states, the effects of inequality reached its top level in 1995, following the process of decline until stabilizing period between 2000 and 2006. By means of the Gross Domestic Product of each state the study findings point to industrial and population concentration in São Paulo State. Thus it was found out during the study period, the process of polarization and depolarization in Brazil follows regional economic inequalities.

**Key words:** Regional Economics; Industry; Growth Poles, Agglomeration.

### Introdução

O objetivo do artigo é evidenciar as desigualdades regionais nas Unidades Federativas Brasileiras partindo do processo de polarização ascendente no período de 1985 a 2006. Nessa ocasião, acredita-se que houve um movimento de polarização e despolarização desencadeando a desigualdade no processo de crescimento do país. Para verificar a existência desse movimento

adota-se o Coeficiente de Williason (1977), cujo procedimento utilizado por Souza (1993) capaz de captar os efeitos da desigualdade regional.

O processo de polarização decorre do efeito causado pela instalação de uma indústria motriz, ou um conjunto de indústrias (complexo industrial), cuja função é interagir de forma independente com os espaços produtivos das diversas empresas. Ao atrair mais indústrias, o modelo passa a funcionar do seguinte modo: quando há oferta de empregos

1 Discente do Programa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus Toledo, Brasil, nível mestrado. Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Brasil. Contato: frandecampos@yahoo.com.br

2 Discente do Programa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus Toledo, Brasil, nível mestrado. Contato: patiestanislau@yahoo.com.br

aumenta a população de uma região e eleva o consumo de bens/serviços. Sob esse efeito se encadeia uma força atrativa (força motriz) de indústrias e/ou empresas para localidade, assumindo condições de crescimento ou desenvolvimento à economia da região (pólo de crescimento) (SOUZA, 1993).

A desigualdade regional concebida pela deterioração do nível de vida advém da maior concentração industrial em algumas regiões, em detrimento a outras sem tais atributos econômicos. De tal modo, Perroux (1977) relaciona essas questões de desigualdades procedentes da inovação intensificada pela vontade de acumular capital, conquistar o poder e desestimular o subdesenvolvimento.

O enredo do trabalho está segmentado em cinco seções, partindo desta breve introdução, na seção dois, aborda-se os procedimentos metodológicos. Na seção três, apresenta-se os conceitos de polarização e despolarização, assim como os fatores de desenvolvimento e as possíveis causas das disparidades regionais. Na quarta seção, têm-se os resultados da pesquisa, com a apresentação de dados sobre as disparidades regionais entre os Estados brasileiros e, na quinta seção, as conclusões que sumarizam este trabalho.

## 1. Procedimentos metodológicos

A princípio buscar-se-á o método estatístico descritivo que procura descrever e avaliar certo objeto, conforme menciona Peternelli (2005). Os dados utilizados são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a fim de averiguar a participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados e macrorregiões do Brasil. O período a ser analisado corresponde ao ano 1985 até o ano de 2006, partindo da premissa de existência de polos estaduais e de que há regiões mais desenvolvidas do que outras.

Na teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento de Perroux (1977), os efeitos positivos no PIB *per capita* de região propiciam rendimentos maiores na cidade pluriativadas (que tendem a atrair investimentos, diversas atividades e demais fatores a si)

concentrando a população em uma dada localidade e tornando-a principal em seu entroncamento regional (SCOTT, 2003). Assim procurar-se-á verificar a participação do PIB dos Estados brasileiros para elucidar as desigualdades regionais, a fim de relacionar com a distribuição da população e a quantidade de empresas em cada unidade federativa.

Visto a possível existência concentração populacional e de empresas nos Estados, para evidenciar as disparidades regionais no Brasil, utilizar-se-á o Coeficiente de Williamson (1977) para o PIB *per capita*, na tentativa de mensurar as desigualdades regionais. Pressupondo-se que com o aumento do crescimento econômico, essas desigualdades atinjam um máximo e depois declinam gradativamente, formando um “U” invertido. Esse fenômeno varia entre proximidades de 1 (maior polarização) e proximidades de 0 (menor polarização). O cálculo é dado como:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum (y_i - y_{Nac})^2 f_i / n}}{y_{Nac}}$$

Em que:

$F_i$  = é a população da *i*ésima região

$n$  = população nacional

$y_i$  = PIB *per capita* da *i*ésima região

$y_{Nac}$  = PIB *per capita* Nacional

$N$  = Número de regiões

De acordo com Williamson (1977), o “coeficiente ponderado de avaliação que mede a dispersão dos níveis da renda regional *per capita*, relativamente à média nacional, enquanto cada desvio regional é ponderado por sua participação na população nacional” (WILLIAMSON, 1977, p. 64).

Souza (1993) observa que o Coeficiente de Williamson (1977) mostra a possível reversão do processo de polarização de um país, constituindo-se de um índice de desigualdade regional. Azzoni (1997) complementa o fato do coeficiente de Williamson ser tradicional visto pela vertente de ser “unidimensional da desigualdade de renda, relativa a uma distribuição regional igualitária da renda média nacional” (AZZONI, 1997 p.5). Outros autores também fizeram o uso desse coeficiente como Souza (1993), Azzoni (1997), Gomes (1997), Cavalcante (2003) e Chiarini (2006).

Conforme Cavalcante (2003), a medida de desconcentração fornecida pelo Coeficiente de Williamson depende de um componente arbitrário, associado à forma como o país em análise foi subdividido em regiões. Se o país corresponder à apenas uma região ou estado,  $i i Y / P$  será igual a  $Y / P$  e  $V_w$  tenderá a zero, involuntariamente das desigualdades que se poderiam efetivamente observar.

## **2. Aspectos conceituais sobre a polarização e despolarização**

Segundo Perroux (1977), o processo de polarização favorece um crescimento destinado a raras regiões, as quais são obra da associação de conjuntos ativos (indústrias motrizes e atividades aglomeradas em territórios) e conjuntos passivos (indústrias movidas, regiões periféricas dependentes das aglomerações industriais), que sofrem influência de fornecedores e compradores de insumos. Assim, Souza (2005) complementa que a essência do processo de polarização está interligada às economias externas geradas pela infraestrutura produtiva, possíveis de ser encontrada em regiões com disponibilidade de consumidores, mão-de-obra especializada e serviços destinados às indústrias dos diversos setores econômicos.

O objetivo central da polarização é fomentar incentivos às regiões com caráter secundário, possibilitando a propulsão de empresas pusilânimes se tornarem canais de difusão e, não apenas contribuir com concentração de uma ou duas regiões principais (SOUZA, 2005). A idéia que procede na atração de polos decorre de uma política fundamentada na redução da concentração de crescimento dos polos, e desconcentração deles em grandes centros. E tende a um equilíbrio econômico proveniente da oportunidade dada as regiões subdesenvolvidas atrair novos investimentos produtivos (AZZONI, 1986).

Nessa conjuntura, um polo industrial apresenta características acessíveis de crescimento e representatividade aglomerativa, além de conceber intensificação das atividades econômicas. Seu contingente remodela toda a estrutura geográfica

da região independente de sua localização tende a intensificar o poder na estrutura da economia no âmbito nacional (PERROUX, 1977).

Cabe ressaltar que a formação de polos industriais, diz respeito a um fenômeno essencial, ao modo provisório do processo de crescimento econômico. Desse pressuposto, a polarização tem princípios calcados na aglomeração de indústrias em pleno advento tecnológico e, oriundo da concentração espacial de um complexo industrial acessível as atividades de produção (WILTGEN, 1991). De acordo Tellier (2004), o processo de polarização ocorre com a complexa interação entre forças de atração e de repulsão de ativos, as quais intervêm na decisão da localização industrial, além de reforçar o seu grau de dependência.

Em um território com regiões marcadas por um desenvolvimento industrial insignificante, ou até mesmo inexistente, configura-se numa situação de poucas perspectivas de crescimento econômico significativo. Ao contrario, quando se observa crescimento aglomerado no mercado econômico, tem-se a dimensão das funcionalidades das atividades produtivas em mesmo território. Por isso, a ideologia do polo aglomerado é contrária em promover um crescimento distribuído em uma única região (PERROUX, 1977). O contraste se encontra em regiões, que o progresso econômico alcançou elevados patamares se tornando um gerador de impacto negativo constituído na moderna situação de produção (SCOTT, 2003).

### **2.1 Fatores propulsores do crescimento e do desenvolvimento regional**

Para ilustrar teoricamente as desigualdades e contrabalançar com desenvolvimento das regiões, remete-se ao crescimento econômico mediante uso da distribuição de renda. Em que, Scott (2003) correlaciona o termo desenvolvimento com um processo construtivo, no qual as emissões dos recursos econômicos se tornam necessárias para melhoria da produtividade. Ao sintetizar o termo crescimento faz menção das linhas de melhorias, seguindo os aumentos do produto bruto das regiões.

O crescimento e o desenvolvimento estão associados à aglomeração territorial, e a densidade dos investimentos nas trocas ou nas informações aplicadas em pontos determinados pelos indivíduos. Suas implicações por causa da medida formalizada pelo crescimento econômico da região se fundamentam pela espacialidade territorial da aglomeração geográfica, das atividades econômicas, e por conta dos aumentos da produtividade nacional (SCOTT, 2003).

As atividades produtivas industriais se concentram em poucos locais de um território fazendo parte do processo, cuja conjuntura econômica se abasta da acumulação dos recursos naturais, bem como tem sido considerado nos últimos tempos, os antecedentes históricos econômicos, formalizando a atual estrutura econômica, moldando seus padrões produtivos de acordo com industrialização (AZZONI, 1985).

O auge do crescimento regional deriva do efeito da aglomeração alcançado pela indústria, ou conjunto de indústrias medido pelos índices econômicos e aguçado pela estrutura de produção. A ponto de ser registrado como fenômeno desequilibrado, devido um progresso econômico com ausência de crescimento homogêneo, equilibrado e igualmente distribuído entre populações e territórios (SILVA et al, 2000).

O crescimento econômico regional funciona como mediador do estágio de desenvolvimento, ao perceber sua influência na maioria das empresas, fragmentado no controle de seus investimentos, além de emergir, conforme o andamento dos saldos positivos dos negócios. Outro fator propulsor é a especialização de um setor econômico, visível a partir do desenvolvimento instantâneo do próprio (LIMA, 2006).

De tal forma, para contribuir com o desenvolvimento e crescimento de uma região a ferramenta essencial é delimitar as suas potencialidades de mercado. Para tentar superar as etapas do seu desenvolvimento, uma região subdesenvolvida ao tentar alcançar todas as etapas para sua industrialização percorre um caminho bloqueado por crises ou forças insípidas do mercado

adentrando no chamado declínio econômico (SCOTT, 2003).

Dessa forma, o processo de crescimento de uma região se explica mediante um desenvolvimento em ascensão, que ao atingir seu ponto máximo dá início ao processo de despolarização e a partir desse, descrese o crescimento estável da região. A representação curvilínea inicia com aumentos dos indicadores e depois um declínio deles.

## **2.2 Detalhamento teórico sobre desigualdades regionais**

As desigualdades regionais são evidentes em regiões com amplos avanços no contingente econômico, dando margem para mesma continuarem evoluindo, por receber maior número de investimentos industriais. Em casos de regiões que permanecerem pobres significa ausência em quantidade de intervenções estatais, falta de aspectos de rentabilidade econômica, seguindo em condições de pobreza e subdesenvolvimento (AZZONI, 1986).

Por isso, a solução encontrada para esse problema está no investimento da industrialização, que assume como precedente o desenvolvimento regional. A indústria tende angariar grande número populacional e consumir mais mão-de-obra, pois ocorre expansão do setor terciário, alcança-se um mercado de amplas oportunidades de inserção de novas indústrias, sobretudo se concentra o setor de subsistência incorporando- no mercado interno (SINGER, 1986).

Kuznets (1955) propõe o desenho da curva em U-invertido para representar a oscilação do contingente de desenvolvimento e enfatizar as disparidades regionais. O aumento do índice da desigualdade regional pode ser representado pela forma como é conduzida a distribuição de mão-de-obra nos polos industriais. Muito comum de se encontrar fenômenos como êxodo rural, devido à movimentação em busca de empregos e políticas sociais, resultando num desenvolvimento regional desordenado. Sendo que, a diminuição da pobreza e das desigualdades em regiões de desenvolvimento pode ser atingida a partir de um tempo e contando com a tendência natural.

No seguimento da mesma proposta, os contrastos dos indicadores propiciam as desigualdades regionais a aumentarem e depois declinarem, dando margem a um processo chamado de despolarização. Em gráfico isso significa uma curva com um formato de “U” invertido ( $\cap$ ) que representa as desigualdades regionais (AZZONI, 1997).

### **2.3 A situação das disparidades intra-regionais do Brasil**

O Brasil assumiu formato de industrialização instituído para todos os países colonizados no período de 1500, um processo que perpetua com características de uma rápida expansão do comércio exterior, com forte apoio do governo e com alta proteção tarifária. Desde então, ocorre a sucessão de atividades econômicas desenvolvidas numa série de estágios, estabelecidas numa proposta de causas com natureza do crescimento industrial descontínuo, e impacto na estrutura de funcionamento da economia no país (BAER, 2003).

Nos anos de 1970, pode ser visto uma oscilação na quantidade de indústrias instaladas e várias formulações de polos de crescimento no Brasil. A partir da década de 1980, houve crises econômicas, decorrentes da problemática gerada pelo declínio econômico de diversas regiões brasileiras, em que os polos industriais passaram exercer frequência negativa, ao invés de apresentar continuidade positiva no crescimento do país. Com a extensiva falência de firmas em todo o território, ocorre transformação nas áreas polarizadas - conhecido por fenômeno de transferências de atividades produtivas. Essas mudanças foram de alta escala para todos os envolvidos, tanto em nível regional, como na condensação de serviços oriundos e mais submissos das indústrias (LIMA, 2006).

Seguindo a linha de raciocínio das disparidades regionais encontradas no Brasil, o constante crescimento de algumas atividades econômicas, a distribuição desigual do produto nacional e a emergente concentração industrial refletiram numa situação de redistribuição espacial em determinadas regiões. Kuznets (1955) mostra

que não foi necessário haver alguma interferência para eliminar as disparidades regionais, já que elas seriam eliminadas naturalmente no longo prazo. Portanto, houve a necessidade de fazer uma análise entre diferentes regiões para verificar a proporção do desenvolvimento regional do país.

### **3. Desigualdades regionais dos estados brasileiros**

A desigualdade regional representada no Brasil perdura com o modelo implantado no cerco das atividades produtivas, o qual tem beneficiado uma ou outra região específica. Essa dinâmica em sua dimensão se apresenta em maior proporcionalidade nas Regiões Sudeste e Nordeste.

A análise sobre o Produto Interno Bruto fundamenta-se em dados extraídos do Ipeadata. Para melhor apresentar as participações do PIB dos Estados brasileiros, agrupa em regiões. Entre as regiões, a Região Sudeste é a que mais se destaca na participação do PIB nacional. Em 1985, era responsável por 60,15% do PIB nacional, no entremeio do período, teve algumas oscilações, sua percentagem decaiu (56,78%) em 2006, mas continua sendo a Região que mais contribui com o PIB nacional. Conforme Perroux (1987) salienta-se que as regiões com maior concentração de indústrias intensificam seu desenvolvimento das demais regiões.

A Região Sul responde pela segunda colocação na composição do PIB no ano de 1985, a qual colaborava com 17,10% no PIB nacional declinando para 16,32% em 2006. A Região Norte apresentou menor resultado junto ao PIB nacional, no entanto, visto pela grande extensão territorial composta por matas e florestas, e dada à região amazônica situar-se nesse território, justifica-se o aumento de sua taxa de participação no período exposto.

A Região Nordeste se sobressaiu pela influente receita advinda de bens não inclusos na economia nacional, bens característicos da cultura local do território (BAER, 2003). Essa Região obteve 14,10% na composição do PIB nacional, no ano de 1985, durante o período sua taxa de participação

sofreu leves oscilações e fechou em 2006 com 13,13% no PIB nacional. A região Centro-Oeste iniciou o período com 5,66% de participação no PIB nacional e chegou ao ano de 2006 com 8,71 % de participação no PIB nacional.

A tabela a seguir apresenta os valores de participação do Produto Interno Bruto dos Estados Brasileiros:

Na tabela 1, nota-se a participação dos Estados na composição do PIB Nacional, no período analisado, destaca-se a redução da contribuição do Estado de São Paulo, sendo numa média de 34,53%. O Estado do Rio de Janeiro ocupa-se da segunda colocação, porém suas

porcentagens oscilaram, mas manteve-se em queda na participação do PIB nacional, alcançando uma média de 11,72%. O terceiro Estado com maior índice no PIB nacional é o Estado de Minas Gerais com uma média de 9,23%.

Os Estados de Roraima e Acre são os que menos contribuíram para o PIB nacional, entretanto, seus índices de crescimento se elevaram, visto pelas atividades econômicas como extrativista e auto-consumo desenvolvidas por tais Estados.

O elo entre o processo de industrialização e a elevada disparidade econômica das Regiões brasileiras está representado pelas mudanças de distribuição de renda nos setores industriais,

**Tabela 1 - Participação do Produto Interno Bruto, com preços constantes dos Estados no Produto Interno Bruto do Brasil entre 1985 e 2006 em (%)**

<b>ESTADOS</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>Média</b>
São Paulo	36,12	37,02	35,47	33,67	33,87	34,53
Rio de Janeiro	12,70	10,86	11,52	12,52	11,62	11,72
Minas Gerais	9,61	9,29	9,74	9,64	9,06	9,23
Rio Grande do Sul	7,88	8,13	8,30	7,73	6,62	7,48
Paraná	5,92	6,35	5,94	5,99	5,77	6,07
Bahia	5,35	4,49	4,14	4,38	4,07	4,32
Santa Catarina	3,30	3,73	3,65	3,85	3,93	3,80
Distrito Federal	1,37	1,61	2,05	2,69	3,78	2,92
Pernambuco	2,62	2,66	2,70	2,64	2,34	2,49
Goiás	1,80	1,75	1,84	1,97	2,41	2,17
Espírito Santo	1,72	1,66	1,99	1,96	2,23	1,93
Ceará	1,72	1,62	1,93	1,89	1,95	1,86
Pará	1,52	2,06	1,87	1,72	1,87	1,80
Amazonas	1,52	1,82	1,70	1,71	1,65	1,62
Mato Grosso	0,69	0,83	1,01	1,22	1,49	1,31
Mato Grosso do Sul	0,95	0,96	1,08	1,08	1,03	1,05
Maranhão	0,74	0,80	0,78	0,84	1,21	0,97
Paraíba	0,72	0,85	0,82	0,84	0,84	0,82
Rio Grande do Norte	0,78	0,72	0,73	0,84	0,87	0,80
Alagoas	0,86	0,71	0,62	0,64	0,66	0,68
Sergipe	0,92	0,57	0,55	0,54	0,64	0,64
Rondônia	0,48	0,49	0,46	0,51	0,55	0,53
Piauí	0,39	0,45	0,49	0,48	0,54	0,49
Tocantins	0,00	0,16	0,19	0,22	0,41	0,29
Amapá	0,12	0,16	0,19	0,18	0,22	0,19
Acre	0,13	0,14	0,15	0,15	0,20	0,17
Roraima	0,07	0,11	0,07	0,10	0,15	0,12
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ipeadata, 2009.

agrícolas e serviços (BAER, 2003). Ao relacionar a participação do PIB estadual com o PIB nacional, aborda-se a composição do valor adicionado dos Estados Brasileiros, composto pelos setores agropecuário, industrial e de serviços.

Os dados mostram que a Região Sudeste possui valores mais elevados no segmento industrial, e acredita-se que devido a isso, haja maior concentração urbana, dada a localização das indústrias. A Região Centro-Oeste atribui valores atrelados ao segmento agropecuário, justificando sua participação ativa no agronegócio brasileiro. A Região Sul possui valores correlativos à agricultura, aos serviços presentes e à crescente ativação do segmento industrial. Os dados referentes às Regiões Norte e Nordeste mostram que seus aspectos econômicos têm incrementado gradativamente as participações da indústria, serviços e agricultura. Conforme apresenta a tabela 2:

A tabela 2 mostra o Estado de São Paulo em 1985 com 48,53% de PIB atrelado à indústria, enquanto em 2006, esse valor diminuiu para 34,76%. No entanto, quando se analisa o setor de serviços, obteve um crescimento de 33,35% em 1985 para 34,14% em 2006. Já o setor agropecuário assentiu uma queda de 18% para 12,78%. As diversas participações desses setores em diferentes anos mostram mudanças no padrão de produção, consumo e fatores de trabalho que implicam na diversa evolução econômica dos Estados.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta os resultados do setor de serviços (16,48%) em 1985, sendo que tal decaiu no ano de 2006 (11,66%) admitindo que esse setor se tornou o maior contribuinte na formação de seu PIB estadual. O Estado de Minas Gerais tem na agricultura o fator de maior contribuição para o PIB estadual no decorrer dos anos de 1985 e 2006. Os Estados

**Tabela 2 – PIB Estadual a preços básicos em R\$ de 2000, no valor adicionado da Indústria, Agropecuária e Serviços, nos anos selecionados de 1985 e 2006**

Estados	1985			2006		
	Indústria	Agropecuária	Serviços	Indústria	Agropecuária	Serviços
São Paulo	43,58	18,00	33,35	34,76	12,78	34,14
Rio de Janeiro	13,21	1,41	16,48	13,09	1,04	11,66
Minas Gerais	9,25	14,71	7,93	10,21	14,12	8,38
Rio Grande do Sul	7,00	11,25	6,99	6,52	11,30	6,34
Paraná	4,82	12,66	5,39	5,94	8,87	5,60
Santa Catarina	3,32	5,23	2,50	4,80	5,07	3,57
Bahia	4,90	8,46	4,40	4,32	5,84	3,79
Amazonas	1,94	1,13	0,95	2,57	1,48	1,22
Espírito Santo	1,41	3,03	1,50	2,48	3,64	1,80
Goiás	1,08	3,11	2,13	2,28	4,65	2,38
Pará	1,01	3,51	1,34	2,27	3,29	1,71
Pernambuco	1,95	3,00	2,72	1,76	2,22	2,61
Ceará	1,39	2,44	2,02	1,63	2,65	2,10
Mato Grosso	0,30	1,21	0,89	0,96	7,04	1,31
Distrito Federal	0,35	0,10	5,54	0,87	0,15	5,59
Maranhão	0,31	1,80	0,90	0,86	3,85	1,23
Rio Grande do Norte	0,88	0,63	0,69	0,79	1,03	0,92
Sergipe	1,37	0,65	0,47	0,72	0,59	0,64
Paraíba	0,43	1,28	0,78	0,67	1,16	0,95
Mato Grosso do Sul	0,36	3,09	0,88	0,65	2,70	1,04
Alagoas	0,48	1,49	0,70	0,63	1,03	0,70
Tocantins	0	0	0	0,36	1,44	0,37
Piauí	0,17	0,61	0,51	0,33	0,97	0,63

(continua)



(continuação)

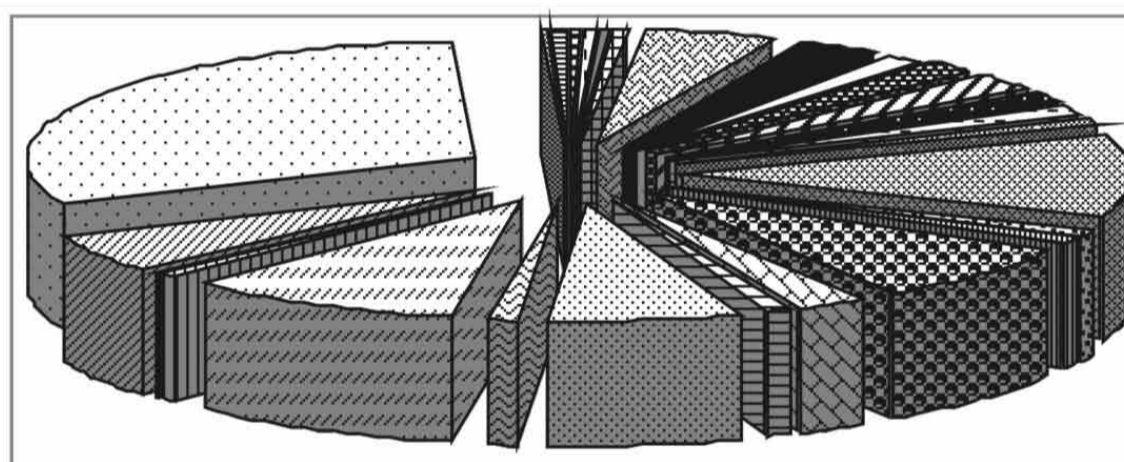
Estados	1985			2006		
	Indústria	Agropecuária	Serviços	Indústria	Agropecuária	Serviços
Rondônia	0,33	0,74	0,50	0,28	2,02	0,57
Acre	0,05	0,27	0,17	0,10	0,66	0,23
Amapá	0,06	0,09	0,19	0,08	0,17	0,32
Roraima	0,02	0,07	0,11	0,06	0,23	0,21
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ipeadata, 2009

com maior contribuição no PIB nacional (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) têm composições diferenciadas de valor adicionado (para a produção da indústria, agricultura e serviços).

De acordo com Andrade e Serra (1998), o período de 1985 a 2006 possui concentração industrial em grandes centros brasileiros, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 – Número de Empresas por Estados Brasileiros no ano de 2006



- Acre
- Bahia
- Goiás
- Minas Gerais
- Pernambuco
- Rio Grande do Sul
- São Paulo
- Alagoas
- Ceará
- Maranhão
- Pará
- Piauí
- Rondônia
- Sergipe
- Amapá
- Distrito Federal
- Mato Grosso
- Paraíba
- Rio de Janeiro
- Roraima
- Tocantins
- Amazonas
- Espírito Santo
- Mato Grosso do Sul
- Paraná
- Rio Grande do Norte
- Santa Catarina

Fonte: IBGE, 2009.

No gráfico 1 e no gráfico 2, observa-se que o Estado de São Paulo concentra o maior número de empresas (30,45%) e, por conseguinte, é o Estado mais populoso (21,95%) do Brasil. O Estado de Roraima é o menos populoso com 0,21% da população total do país e possui número reduzido de empresas, no ano de 2006.

Em contrapartida, o Estado do Amapá ocupa o menor índice de empresas devido as potencialidades

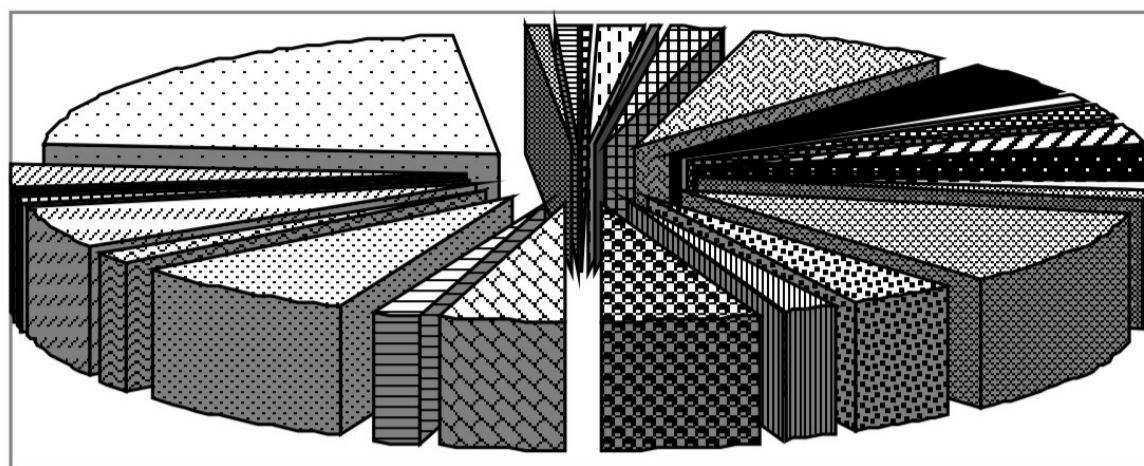
da Região. A partir do exposto, destacam-se as disparidades entre regiões, pelos valores restringidos de habitantes e empresas em ambos os Estados. Com base no registro populacional, o gráfico 2 mostra a distinção populacional entre os Estados do Brasil.

Segundo a representação do gráfico 2, as unidades federativas brasileiras com maior

número de empresas se assemelham aos Estados que possuem maior adensamento populacional. Portanto, existe atração populacional nessas regiões que tendem investir nas empresas já existentes, possibilitando manutenção/formação de novos empregos e empreendimentos. Com isso, essas regiões mantêm um crescimento contínuo em termos de PIB que lhes permite a possibilidade do desenvolvimento econômico.



Gráfico 2 – População Total por Estados Brasileiros no ano de 2006



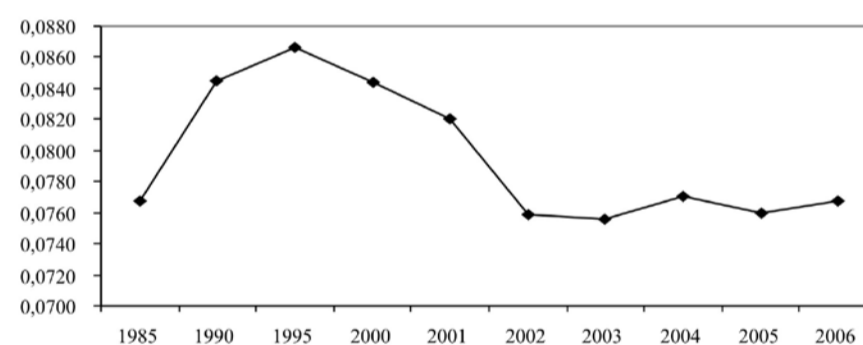
■ Acre	■ Alagoas	■ Amapá	■ Amazonas
■ Bahia	■ Ceará	■ Distrito Federal	■ Espírito Santo
■ Goiás	■ Maranhão	■ Mato Grosso	■ Mato Grosso do Sul
■ Minas Gerais	■ Pará	■ Paraíba	■ Paraná
■ Pernambuco	■ Piauí	■ Rio de Janeiro	■ Rio Grande do Norte
■ Rio Grande do Sul	■ Rondônia	■ Roraima	■ Santa Catarina
■ São Paulo	■ Sergipe	■ Tocantins	

Fonte: Estimativa Popacional, 2009.

Outras regiões com ausências de desenvolvimento não viabiliza em níveis de crescimento econômico contínuos, e por diversos fatores acabam não tendo a mesma possibilidade gerir desenvolvimento. E ainda o crescimento desigual entre as regiões brasileiras se atribui a algumas diferenças regionais, considerando o enfoque populacional e número de empresas em cada Estado.

O gráfico 3 apresenta a disparidade regional do PIB *per capita* dos Estados Brasileiros, mediante a representatividade dos dados extraídos do IBGE para as anos de 1985 á 2006. De acordo com Williamson (1977), as disparidades regionais crescem por um determinado período de tempo, após declinam mostrando o movimento de polarização ou movimento de despolarização. Entre a amostra das desigualdades averiguadas nos Estados brasileiros, o valor máximo atingido chegou a torno (0.0866) no ano de 1995, representando o maior diferencial de PIB *per capita* entre os Estados Brasileiros, seguindo no decorrer dos anos um declínio gradativo formando a figura de um “U” invertido. Como está representado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Medida de Desigualdade Regional do PIB per capita a preços constantes em R\$ de 2000 do Brasil, para os Estados Brasileiros, no período de 1985 á 2006.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2009.

Como mostra o gráfico 3, ocorre aumento das disparidades entre os Estados Brasileiros até 1995. Esse fato se explica por meio do declínio caracterizado pela despolarização entre 1996 á 2002, o qual permite destacar a redução das disparidades entre os Estados brasileiros. Esse período é caracterizado pela implantação do Plano Real na economia brasileira e sua desvalorização a partir de 1998/99, atingindo, no ano 2000, o menor índice de disparidade entre os Estados brasileiros. Após 2002 até 2006, as disparidades estaduais se mantiveram a níveis estáveis, porém não nulas, as quais indicam a existência das disparidades estaduais a níveis menores.

## Conclusões

O período de 1985 á 2006 proposto para estudo foi um momento de transformações na economia Brasileira. Com taxas exorbitantes de inflação em um primeiro momento, assumindo um equilíbrio com o controle inflacionário sob intensa mudança econômica em vários setores da economia, tendo que se adaptarem às mudanças da abertura econômica, proposta em 1990. Visto isso, como influencia nas disparidades regionais e desenvolvimento econômico desigual no conjunto de Estados brasileiros.

O movimento de crescimento das desigualdades no início nos anos 1990 e a concomitante ascensão em 1995, remota a característica da teoria da polarização na impactante atração de empresas e pessoas em relação aos polos. As quais transmitem o movimento de regiões mais ricas à frente de regiões mais empobrecidas. Esse movimento, depois de 1995 até 2002, manteve-se em queda, comprovando a hipótese de "U" invertido, mostrando que o crescimento elevado aumenta as desigualdades regionais, depois declinarem dando margem a um processo chamado de despolarização, que ocorre sem qualquer tipo de interferência.

Verificou-se através das tabelas 1 e 2 e dos gráficos 1 e 2, que o Estado de São Paulo é o representante motriz brasileiro. Pois maior parte da população e empresas situa-se nesse Estado, isso gera atração de investimentos e mão-de-obra em intensa escala. Em contraste os Estados de Roraima (menos populoso) e Amapá (menor número de empresas) possuem maiores dificuldades em relação a atração de investimentos. Desse modo, no período analisado, as desigualdades regionais entre os Estados reduziram relativamente com a abertura econômica, principalmente após a desvalorização cambial de 1999, e estabilizaram a partir do ano 2002.

Nas disparidades econômicas entre os Estados Brasileiros, o papel do investimento público em infraestrutura é essencial, pois consideram a caracterização e a adequabilidade como instrumentos de desenvolvimento regional para as áreas menos favorecidas. Sendo assim, as disparidades regionais devem ser analisadas com mais atenção e cuidado pelas autoridades públicas, no sentido de melhor qualificar a mão de obra, incentivando políticas internas de crescimento nos Estados subdesenvolvidos, a fim de equiparar ao crescimento dos demais Estados.

## Referências

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

AZZONI, C. R. Distribuição Pessoal de Renda nos Estados e Desigualdade de Renda entre os Estados do Brasil - 1960, 1970, 1980 e 1991. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p.251-278, ago. 1997.

\_\_\_\_\_. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1986.

\_\_\_\_\_. Aspectos da evolução industrial de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com destaque para o caso Paulista. In: Carlos Roberto Azzoni (org.) **Onde produzir? Aplicações da Teoria da localização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1985, Cap.4, p.230-262.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Desigualdades regionais no Brasil: uma análise do período 1985-1999. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 34, n. 3, p.466-481, 2003.

CHIARINI, T. Coeficiente de Williamson e as disparidades regionais de rendimento e educação no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 37, s/n, p.493-511, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA. Disponível em: < [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em 1 maio 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 1 maio 2009.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 9 abr. 2009.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo. Saraiva. 2003.

GOMES, G. M. **Desenvolvimento e Política Regional na União Européia**. TD n ° 483, Brasília/Rio de Janeiro, IPEA, 1997.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, v. 45, n. 1, p.1-28, mar. 1955.

LIMA, A. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p.65-90, 2006.

PERROUX, F. Conceito de pólos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PETERNELLI, L. A. INF 162 - Estatística I. 2005. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila). Disponível em: [http://www.each.usp.br/rvicente/Paternelli\\_Cap2.pdf](http://www.each.usp.br/rvicente/Paternelli_Cap2.pdf). Acesso: 20 nov. 2010.

SCOTT, A. J. La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. **Géographie, Économie et Société**. Paris, v. 05, n. 1, p.31-57, 2003.

SILVA, J. R.; LIMA, J. F.; RIPPEL, R. A Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 4, n. 7, p.77- p.95, Dez.2000.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Companhia Nacional, 1986.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 11, n.19, p.29-59, 1993.

\_\_\_\_\_. Teoria de pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.87-112, jan./jun. 2005.

TELLIER, L. N. Et si les economies d'agglomeration n'existaient pas, notre monde serait-il différent? **Revue Organisations et Territoires**, v. 13, n. 03, p.76-80, 2004.

WILLIAMSON, J. G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p.53-116.

WILTGEN, R. S. Notas sobre Polarização e Desigualdades Regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p.532-539, 1991.